

Cidadania em Rede

Ano XIII - Nº 1 / 2016

Apresentação

SEM AS MULHERES OS DIREITOS NÃO SÃO HUMANOS



Prezados amigos e amigas,

Inspirado no Lema 2016 da Novamerica - *“Direito das Mulheres: compromisso de todos e todas”* - este número do Boletim Cidadania em Rede está dedicado a debater os direitos humanos e a luta histórica das mulheres por seus direitos. Este é o convite do Boletim Cidadania em Rede.

Inspirados em nosso compromisso institucional de educar em e para os direitos humanos, nosso objetivo é refletir sobre a relação entre a luta por direitos de igualdade entre homens e mulheres e a perspectiva feminista.

Assim, através de notícias, atividades, entrevistas, textos e imagens, queremos entender os avanços e os limites que a luta pelos direitos das mulheres têm enfrentado ao longo da história.

Boa leitura e bom trabalho!

A Equipe.

Destques

Das Mulheres ao Gênero:
uma Trajetória dos
Movimentos Feministas

AS MULHERES E
OS DIREITOS HUMANOS

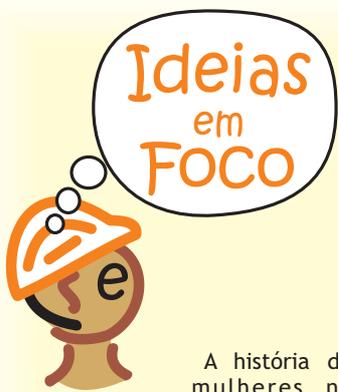
Com a Palavra...

Simone
de Beauvoir

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir (1908-1986)
Escritora, filósofa e teórica feminista.





Das Mulheres ao Gênero: uma Trajetória dos Movimentos Feministas

Rachel Pulcino (PUC-Rio)

A história dos direitos das mulheres não pode ser dissociada da trajetória das lutas feministas, caracterizadas pela busca de novos espaços sociais e direitos políticos. Dessa forma, a trajetória feminista deve ser compreendida como parte de uma busca maior: um conjunto de lutas sociais por direitos civis e políticos.

A história do feminismo em três ondas.

Sobre a história dos movimentos feministas, podemos dizer que existem três ondas. Essas ondas podem ser caracterizadas pelos questionamentos trazidos pelas feministas em seus diferentes momentos.

A **primeira onda** pode ser localizada na virada do século XIX para o XX. As feministas começaram a questionar a falta de direitos políticos das mulheres, principalmente, o direito ao voto, ao trabalho e ao recebimento de herança. Em alguns países, como França e a Inglaterra, mesmo as mulheres da nobreza, com a morte do chefe da família, não possuíam direitos sobre os bens herdados. Quem herdava os bens era o filho homem ou um parente mais próximo.

A **segunda onda** pode ser caracterizada pelos questionamentos ligados ao direito ao corpo. É nessa fase que surge a pílula anticoncepcional. A criação da pílula é compreendida como um momento de libertação das mulheres. É após seu surgimento que as mulheres vão entrar de modo mais intenso no mercado de trabalho, pois elas passam a ter maior controle sobre a maternidade, podendo escolher o momento que desejavam engravidar. Antes da pílula, as mulheres não tinham essa possibilidade e elas viviam, praticamente, em função da procriação e dos cuidados de muitos filhos. Também podemos atribuir à segunda onda um maior impulso na teoria feminista. Em 1949, Simone de Beauvoir escreve o histórico livro "*O Segundo Sexo*". O livro é um dos marcos do feminismo e a formulação "*não se nasce mulher, torna-se mulher*" é reconhecida como um dos primórdios do conceito de gênero.

Assim, o surgimento e a consolidação do conceito de gênero configuram a **terceira onda** dos movimentos feministas, que pode ser caracterizada pelos questionamentos dentro do próprio movimento feminista. Um dos pontos levantados é a pretensão de homogeneidade do movimento feminista que acabava por não levar em conta a diversidade presente entre as mulheres. Essa crítica foi levantada, por exemplo, pelas mulheres negras e pelas mulheres lésbicas, que não se percebiam contempladas dentro das lutas clássicas do feminismo.

O feminismo no Brasil

Vale lembrar que, no contexto brasileiro, durante a chamada primeira onda do feminismo, ou seja, nos anos finais do século XIX, ainda vivíamos o fim do sistema escravista. Sendo assim, as mulheres negras não estavam minimamente contempladas nas lutas das mulheres brancas; já que umas eram escravas e outras senhoras que desejavam pelo direito ao voto e à herança.

Também devemos considerar que a luta por direitos políticos, como o caso do voto, não foi linear em todo mundo. No Brasil, por exemplo, as mulheres, brancas e negras, só conquistaram o direito ao voto em 1932. Porém, nem todas estavam incluídas, podiam votar apenas as mulheres casadas, com autorização dos maridos, e as viúvas e solteiras com renda própria.

Isso comprova que as três ondas feministas são desenvolvidas de maneira muito diferente em cada contexto. Sendo assim, em determinados países, onde a população já possuía melhores condições de vida e acesso à educação, as lutas feministas se ampliaram, enquanto em países como o nosso, colonizado e escravista, essas lutas seguiram outros ritmos.

O feminismo, no Brasil, só vai ganhar força e repercussão na década de 1970. Sua principal característica está nas lutas políticas e trabalhistas. Assim, assumindo a necessidade e a urgência de fazer avançar a luta das mulheres, as feministas brasileiras afirmaram a importância de reescreverem a história, trazendo suas experiências e suas questões.

O conceito de gênero

Os estudos sobre o direito das mulheres foram os primeiros passos para o que conhecemos hoje como "estudos de gênero". Pautados inicialmente numa separação estritamente biológica, os estudos de gênero buscavam explicar as desigualdades sociais das mulheres através da diferença entre os sexos (masculino e feminino).

Assim, ao mesmo o tempo que a categoria "mulher" representava uma conquista no campo dos direitos civis e políticos, ela trazia limitações teóricas. Fazia-se necessária uma nova categoria, que repensasse os critérios da exclusão social feminina, a partir das diferenças biológicas que eram transformadas em desigualdades sociais.

Desse modo, o conceito de gênero surge como proposta de problematizar a própria concepção de mulher. Assim, para além da diferença biológica entre macho e fêmea, o mais importante passa a ser entender as relações sociais entre homens e mulheres, sendo estas, constituídas de influências culturais, sociais, políticas, econômicas e biológicas. Nestas relações sociais, as

mulheres eram colocadas num lugar de inferioridade em relação aos homens. O conceito de gênero nasce para explicar a desigualdade social entre homens e mulheres criadas a partir de diferenças biológicas.

Falar em relações de gênero implica compreender o nosso reconhecimento social enquanto mulher ou homem, não depende unicamente das características biológicas presentes em nossos corpos, mas que estamos inseridos em sistemas de relações sociais, culturais e históricas. Assim, a categoria de gênero tem como objetivo destacar o caráter social e dinâmico, das diferenças e das discriminações baseadas no sexo.

Apesar do conceito de gênero surgir em oposição à opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade, as feministas acabaram criando uma noção de mulher supostamente universalizada, sendo essa imagem de mulher pautada nas questões das mulheres brancas, o que fez com que o conceito de gênero não contemplasse todas as mulheres. Por exemplo, as mulheres negras sentiram necessidade de construir outros espaços sociais de luta, fora dos movimentos feministas e também fora dos movimentos negros. Elas construíram seus próprios núcleos, pois identificaram que nos movimentos feministas e nos movimentos negros suas questões específicas - de mulheres e de negras - eram sempre colocadas em lugares secundários.

Movimento ou movimentos?

Assim, percebemos que entre lutas, tensões e questionamentos, a trajetória dos movimentos feministas não deve ser compreendida de uma mesma forma. É preciso ter em mente que existem diversos feminismos, com agendas próprias, com pontos de aproximação e distanciamentos.

Os feminismos de hoje não são os mesmo de ontem, mas eles possuem características em comum. Seguimos lutando contra a inferiorização das mulheres, sua subordinação e dominação.

Dentre os desafios do tempo presente, não podemos fugir de interrogar os padrões da normalidade, pois eles atravessam as concepções do que é ser mulher. Torna-se essencial questionar e refletir sobre os padrões de gênero. Ou seja, sobre aquilo que chamamos de feminino e masculino.

É a partir da desestabilização desses padrões e normas que podemos abrir espaços para novas possibilidades de ser mulher hoje. Assim, vamos reconhecendo a pluralidade do grupo de mulheres: brancas, negras, índias, pobres, de classe média, trans, lésbicas, entre tantas outras. Esta diversidade existente dentro dos movimentos feministas é uma de suas riquezas atuais. Não se trata de um movimento, mas de vários movimentos, com objetivo comum: a luta pelos direitos das mulheres.

AS MULHERES E OS DIREITOS HUMANOS

Marcelo Andrade

1º momento:

SENSIBILIZAÇÃO

- O/a animador/a apresenta o “*Jornal Mural Imagens e Palavras*” para introduzir o tema e pede que os participantes comentem livremente as imagens e as frases.
- Em seguida, o/a animador/a pede que os participantes escolham uma frase do Jornal Mural para ser analisada. O animador pode lançar a seguinte questão:

Como você relaciona as frases e as imagens do Jornal Mural?

2º momento:

APROFUNDAMENTO

- O/a animador/a distribui a todos os participantes uma cópia do texto “*Das mulheres ao gênero: uma trajetória dos movimentos feministas*”, de Rachel Pulcino (Seção “*Idéias em Foco*”, do Boletim Cidadania em Rede).
- Após a leitura, o/a animador/a pode guiar o debate com as seguintes questões:

O que mais chamou atenção na leitura do texto?

Quais as principais características dos movimentos feministas?

Qual seria nosso papel hoje em prol das lutas das mulheres?



3º momento:

COMPROMISSO

- O/a animador/a inicia este momento lendo pausadamente as palavras de Simone de Beauvoir (Seção “*Com a Palavra*”) e os itens da Seção “*Você Sabia?*”.
 - Após estas leituras, propõe a seguinte tarefa para o grupo:
- Como promover os direitos políticos das mulheres no Brasil hoje?
- Após um breve debate, o/a animador/a pode convidar os participantes a registrarem o compromisso assumido num cartaz, sintetizando a conversa do grupo.

A palavra é sua... solte a voz!

Apresentamos trechos de duas entrevistas de **Guacira Lopes Louro**, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pesquisa as questões de gênero no campo educacional. As entrevistadas foram publicadas na Revista Difere (2012) e na Revista Cult (2014).



Esta seção está aberta para sua opinião. Comunique-se conosco!

O que a motivou a debater gênero e sexualidade em educação? Como foi sua trajetória até o debate de gênero e sexualidade?

Posso dizer que sou uma pessoa inquieta, me interesso por muitas coisas ao mesmo tempo e gosto de estar com gente; mas se tivesse de buscar uma característica mais constante em minha vida, diria que sou uma “professora”. Já trabalhava como professora quando comecei a faculdade, pois já havia feito a Escola Normal. Então, depois de concluir o curso de História, fiz concurso para a Faculdade de Educação da UFRGS, onde acabei construindo toda minha carreira acadêmica. O interesse pelas questões de gênero e sexualidade provavelmente estão vinculados à minha própria experiência como mulher atenta às coisas de seu tempo, às significativas mudanças culturais e sociais que, muito jovem, vivi e observei, principalmente a partir do final dos anos 1960. Além desse contexto social mais amplo, costumo identificar como especialmente significativo para meu interesse na área de gênero e sexualidade a minha atividade como professora de História da Educação, no curso de Pedagogia. Nessas aulas, as estudantes me questionavam sobre a ausência das mulheres nos textos oficiais, nos relatos e documentos. De fato, quando mencionada, a educação feminina costumava ficar restrita a notas de rodapé. Essa ausência ou esse silêncio me levou a propor o tema - a história da educação da mulher - como anteprojeto de tese, ao me candidatar a uma vaga no curso de doutorado da Unicamp. A tese, afinal, acabou enfocando a educação de mulheres numa escola tradicional do Rio Grande do Sul, o Instituto de Educação de Porto Alegre. Não por acaso, tinha sido nessa escola que eu havia estudado desde o jardim de infância. Por isso, talvez seja possível dizer que, de algum modo, eu acabaria realizando uma reflexão sobre minha própria trajetória como mulher e professora, junto com a análise cultural mais ampla. Concluído o doutorado, retornei à UFRGS, ingressei como docente no Programa de Pós-Graduação em Educação e ali passei a oferecer seminários avançados sobre a temática. Posso dizer então que foi um mergulho nos estudos feministas que me levou ao conceito de gênero, e foram as demandas das professoras e professores nas salas de aulas que, logo a seguir, passaram a exigir minha atenção aos estudos sobre sexualidade.

A emergência de gênero como categoria de análise não produziu uma certa “territorialização” das identidades de gênero, mesmo quando pretende desconstruir as oposições binárias?

Entendo que o texto de Joan Scott é um marco no campo dos Estudos Feministas. De um modo ou de outro, praticamente todas as estudiosas feministas contemporâneas se remetem ou se referem a esse artigo. Scott propõe que se deixe de focar exclusivamente a mulher ou as mulheres e se passe a pensar na potencialidade do gênero, um conceito que surgiu no próprio contexto da luta feminista. Acentuando o caráter construído e relacional do gênero, ela chama atenção para como e quanto a produção de feminilidades está implicada na produção de masculinidades e vice-versa. Além disso, o que é especialmente significativo, é que ela sugere que, no contexto das relações de gênero, se compreenda o poder de um modo mais complexo e não restrito à noção de um polo dominante, o masculino, e um dominado, o feminino. Scott se aproxima da noção de poder como algo disseminado, que se exerce em rede e que é atravessado por resistências, cumplicidades. A introdução do conceito de gênero no campo feminista revelou-se extremamente produtiva e representou uma espécie de “virada” nas pesquisas e atividades que desde então passaram a ser realizadas. Por certo, há que se reconhecer que esse conceito também foi alvo de críticas e de polêmicas. Mas, afinal, é assim que se constroem as teorias. Debates são indispensáveis para a vitalidade de qualquer campo teórico.

Você sabia?

Não!

Então,
aprenda mais,
amplie seus conhecimentos
sobre o tema discutido.



- Que a participação direta da mulher em cargos de comando no mundo ainda é um fato raro?
- Que, em 1929, Alzira Soriano conquistou 60% dos votos e em 1º de janeiro de 1930 foi empossada prefeita de Lajes, no Rio Grande do Norte? Alzira Soriano foi a primeira mulher da América Latina a assumir o governo de uma cidade.
- Que, em 1933, Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira deputada federal brasileira pelo Estado de São Paulo?
- Que Indira Gandhi (Índia, 1966), Isabel Perón (Argentina, 1974) e Margaret Thatcher (Inglaterra, 1979) foram as primeiras mulheres a ocuparem o cargo de Chefe de Estado nos estados modernos?
- Que, na América Latina, apenas 5 países que já tiveram mulheres presidentes da República? São eles: **Argentina** (Isabel Perón; 1974 e Cristina Kirchner; 2007 e 2011); **Nicarágua** (Violeta Chamorro 1990); **Panamá** (Mireya Moscoso; 1999); **Chile** (Michele Bachelet; 2006 e 2014) e **Brasil** (Dilma Rousseff; 2010 e 2014). Num continente marcado por golpes e ditaduras, as 6 latino-americanas que exerceram 9 mandatos diferentes chegaram ao poder pelo voto.
- Que as mulheres são mais da metade dos eleitores brasileiros e minoria no Congresso Nacional? Na Câmara dos Deputados, a representação feminina hoje é de apenas 10%. São 45 mulheres e 468 homens. No Senado, as mulheres representam apenas 13% dos cargos. São 13 mulheres e 68 homens.

Ecoss da Cidadania

NOTÍCIA

ONU: retração econômica ameaça direitos das mulheres na América Latina

ZH Notícias | 18/05/2016

A América Latina sai de uma década de avanço econômico e entra em um período de retração que ameaça algumas das conquistas alcançadas na matéria de igualdade entre homens e mulheres, alertou um painel de especialistas da ONU reunidas em Montevideu.

"Vamos saindo na região de uma longa década de prosperidade com resultados insuficientes, do ponto de vista das mulheres", disse Lara Blanco, Diretora Regional para as Américas e o Caribe da ONU Mulheres.

Como exemplo, apontou que a taxa de desemprego de mulheres na região é três pontos superior àquela que corresponde aos homens.

Lara Blanco advertiu que, em um contexto de retração das economias regionais depois de um período de forte crescimento, corre-se o "risco de perder conquistas sociais que são importantes para as mulheres".

Lara Blanco participou em Montevideu do evento "Igualdade de Gênero: avanços e desafios na perspectiva regional", junto à diretora do Instituto Nacional das Mulheres, Mariella Mazzotti, e a coordenadora da ONU Mulher, Denise Cook.

"Os esforços que foram feitos na América Latina e no Caribe para reduzir a violência contra as mulheres não têm sido exitosos embora tenham sido grandes", avaliou Blanco.

A representante da ONU se referiu em particular à situação do chamado "triângulo norte" da América Central, formado por Honduras, Guatemala e El Salvador.

"A situação do triângulo norte da América Central é cada vez mais alarmante", argumentou, ressaltando casos de violência e de controle sobre a vida das mulheres.

Lara Blanco pediu que se acelerem os esforços pela igualdade na região e afirmou que é "indispensável mudar a escala de investimentos para pôr freio à violência contra as mulheres".

Segundo os últimos dados disponíveis no Observatório de Igualdade de Gênero da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a taxa de homicídios de mulheres por seus companheiros e ex-companheiros na América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, tem seu maior número absoluto na Colômbia, com 145, e a taxa mais alta no Suriname, com 2,61 assassinatos para cada 100.000 mulheres.

O relatório da Cepal é produzido a partir de dados oficiais e estudos acadêmicos que reúnem os últimos resultados em cada país e não estabelece um período de tempo específico.

Editora: Susana Sacavino Coordenação: Marcelo Andrade
Composição Gráfica: Companhia Visual Manteca

Realização:



NOVAMERICA

NOVAMERICA Programa Direitos Humanos Educação e Cidadania

ISSN 1677 - 4167 Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo - CEP: 22280 - 030 - Rio de Janeiro - R.J. - BRASIL
Tel/fax: 2542 6244 - 2295 8033 - E-mail: promotores@novamerica.org.br - http://www.novamerica.org.br